

CONJUNTURA



03
2020



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

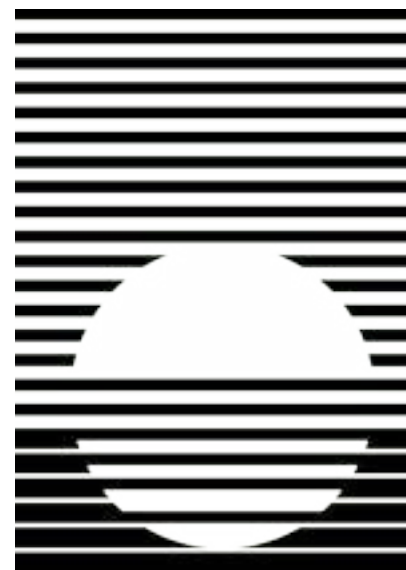
Editor Executivo: Ghaio Nicodemos Barbosa

Editor Adjunto: Gabriel Fragoso

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Vilareal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Pereira Pinto, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Leonildes Nazar, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Márcia Miranda Charneski, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Pablo Saturnino Braga, Patrícia Porto de Barros, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).



SUMÁRIO

Página 04

Presidente Bolsonaro retorna de viagem aos EUA em meio à crise do COVID-19

Declaração de Eduardo Bolsonaro sobre COVID-19 provoca tensão diplomática com a China

As reivindicações do 8M no Brasil

Página 05

Argentina prioriza o bem-estar social no combate ao coronavírus

Mudanças no Uruguai: coronavírus e política externa

Página 06

Coronavírus avança na Bolívia e país enfrenta vírus com medidas econômicas e uso das Forças Armadas

Pandemia do coronavírus interrompe protestos e Chile adia o plebiscito por uma nova Constituição

Página 07

Contra o COVID-19, Peru anuncia pacote econômico de 12% do PIB e toque de recolher

Coronavírus chega à Venezuela

Redes Sociais apagam publicações de Maduro e Bolsonaro

Página 08

Diante da pandemia, ELN anuncia cessar-fogo temporário com o governo colombiano

Equador mantém austeridade fiscal e recorre a financiamento externo em meio à crise do coronavírus

Página 09

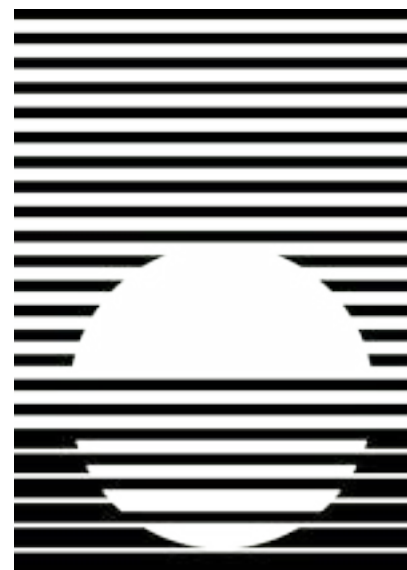
Apesar de baixo número de infectados, Guiana e Suriname sofrem com consequências da pandemia de coronavírus

Presidentes sul-americanos se reúnem virtualmente em meio à pandemia

Governos da América do Sul providenciam repatriação de cidadãos em meio à pandemia de COVID-19

Página 10

As duas fases de ação mexicana no combate ao COVID-19
Uruguaio Luis Almagro é reeleito para o cargo de Secretário-Geral da OEA



Página 11

Cuba e China destacam-se na cooperação em prol do combate ao COVID-19

China intensifica cooperação e ajuda internacional no combate à pandemia de COVID-19

Página 12

Cidades chinesas reforçam paradiplomacia no combate ao COVID-19

Índia enfrenta a pandemia do COVID-19 em meio a importantes turbulências domésticas

Página 13

COVID-19: migrantes sofrem com Xenofobia na Índia e no Nepal

A recessão econômica e o confinamento total na África do Sul

Ações turcas e europeias enfraquecem o acordo migratório de 2016

Página 14

OIM ressalta vulnerabilidade da população migrante em meio a pandemia

Detentos reivindicam melhorias para evitar a epidemia nas prisões

Página 15

O coronavírus nas comunidades expõe desigualdade social

A vulnerabilidade dos povos indígenas em face do novo coronavírus

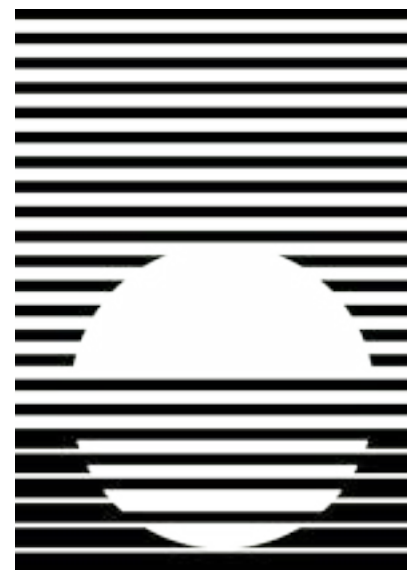
Página 16

Desigualdades de gênero ampliadas em decorrência do isolamento social

Latino-americanas e mulheres ao redor do mundo ocupam as ruas pelo 8M

Página 17

Luta pela igualdade de gênero movimentou o Oriente Médio e o norte da África



Presidente Bolsonaro retorna de viagem aos EUA em meio à crise do COVID-19

Entre 7 e 11 de março, o presidente Jair Bolsonaro realizou visita oficial à Flórida, nos Estados Unidos, onde foi recebido por Donald Trump, em jantar oferecido em sua residência de veraneio, em Mar-a-Lago. No encontro, Bolsonaro e Trump trataram de assuntos da agenda bilateral, tais como a aliança estratégica entre Brasil e Estados Unidos; o avanço das negociações em torno de um acordo comercial e do ingresso brasileiro no programa América Cresce, que visa fazer frente à iniciativa chinesa conhecida como Nova Rota da Seda; o apoio estadunidense à acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); bem como a assinatura do Plano de Trabalho Brasil-Estados Unidos para Ciência e Tecnologia 2020-2023 e de acordo de cooperação na área militar para Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RDT&E, na sigla em inglês). Além disso, os presidentes buscaram coordenar uma posição comum em relação à mudança de regime político na Venezuela, dando apoio ao presidente autoproclamado Juan Guaidó e à Assembleia Nacional venezuelana, comandada por parlamentares opositores ao governo de Nicolás Maduro. A visita ocorreu em um contexto marcado pelo início do agravamento da pandemia mundial causada pelo COVID-19. Vinte e dois integrantes da comitiva que viajou com Bolsonaro aos EUA receberam resultado positivo para o vírus ao retornarem ao Brasil. Diante das suspeitas de que também teria sido contaminado, o presidente alegou ter realizado dois testes para o novo coronavírus, ambos com resultados negativos, mas se recusou a publicizar os exames. Assim como Trump, Bolsonaro procurou minimizar os riscos envolvidos com o COVID-19, porém, diferentemente do líder estadunidense, que mudou de discurso, o mandatário brasileiro insiste em criticar a adoção de medidas enérgicas para a contenção do vírus, buscando, ao invés disso, mobilizar apoio popular contra o estabelecimento de políticas de isolamento. Ao priorizar os aspectos econômicos em detrimento da saúde, Bolsonaro não só contraria o consenso científico sobre a disseminação do COVID-19 e as recomendações emanadas da Organização Mundial da Saúde (OMS), como também as próprias diretrizes traçadas pelo seu Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, sem mencionar as ações de diversos governadores estaduais, que seguem defendendo a implementação da quarentena domiciliar da população.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 03/03/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 06/03/2020; [MRE](#), 08/03/2020; [BBC Brasil](#), 13/03/2020; [O Globo](#), 20/03/2020; [Folha de S. Paulo](#), 24/03/2020; [El País](#), 26/03/2020.

Declaração de Eduardo Bolsonaro sobre COVID-19 provoca tensão diplomática com a China

No dia 17 de março, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, usou suas redes sociais para criticar o Partido Comunista chinês, a quem culpa pela disseminação mundial da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19). A acusação de Eduardo, alinhada ao discurso do mandatário estadunidense Donald Trump, que também responsabiliza a China pela pandemia, gerou desconforto no governo chinês, que não tardou em contestar por meio de seu embaixador no Brasil, Yang Wanming. Através de uma conta oficial nas redes sociais, Yang afirmou que as palavras do deputado brasileiro constituem “um insulto maléfico contra a China e o povo chinês” e exigiu um pedido de retratação imediato. Apesar do apoio de parte da base do governo, a fala de Eduardo recebeu críticas da oposição e de autoridades importantes no Brasil, como o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que pediu desculpas à China em nome dos parlamentares da Casa. No dia 19, o vice-presidente do Senado Federal, Antonio Anastasia, seguiu Maia e encaminhou à China uma carta oficial de retratação em nome do Congresso Nacional. A ala do governo tida como pragmática, formada por militares e pela equipe econômica, pressionou para que o Estado brasileiro se retratasse oficialmente. O vice-presidente Hamilton Mourão afirmou que a declaração de Eduardo não representava a posição oficial do Brasil. O chanceler Ernesto Araújo disse o mesmo, apesar de ter considerado a reação de Yang desproporcional e desrespeitosa. No dia 19, Eduardo publicou uma nota dizendo que nunca pretendia desrespeitar o povo chinês nem ferir o bom relacionamento existente entre Brasil e China, mas não retirou suas críticas ao governo chinês e manteve o tom de confrontação com Yang. A tensão diplomática só foi contornada após telefonema do presidente Jair Bolsonaro ao líder chinês Xi Jinping, realizado no dia 24.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 19/03/2020; [Folha de S. Paulo](#), 19/03/2020; [G1](#), 19/03/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 19/03/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 19/03/2020; [G1](#), 20/03/2020; [G1](#), 24/03/2020.

As reivindicações do 8M no Brasil

No Brasil aconteceram, pelo menos, 113 atos em diversas cidades e capitais entre os dias 06 e 14 de março. No domingo, 08 de março, as principais reivindicações foram o fim da violência contra a mulher, fora Bolsonaro e direitos iguais. Outro tema tratado no país foi o assassinato da vereadora Marielle Franco, que completou dois anos em 14 de março. Em

São Paulo, mais de 50 mil mulheres participaram do ato que foi convocado por 40 coletivos e lançou a 5ª Ação Internacional da Marcha Mundial de Mulheres (MMM). Na capital do país, Brasília, mulheres do MST participaram da caminhada que reuniu, aproximadamente, cinco mil pessoas e foi chamada de “Pela vida das mulheres, em defesa da democracia, contra o racismo e por direitos”. Na cidade de Belém o protesto foi organizado pela Frente Feminista do Pará, e se colocou contra ao ataque de mulheres indígenas. De acordo com Mãe de Nangetu, liderança afro religiosa, a manifestação foi uma forma de enfatizar que as mulheres estão contra os desmontes do governo. O Movimento Atingidos por Barragens também divulgou nota, na qual as mulheres atingidas por barragens se colocaram contra a violência de gênero e a favor da defesa da democracia e dos direitos. No Rio de Janeiro, a manifestação aconteceu no dia 09 de março, na Candelária. O evento homenageou mulheres como Beth Carvalho, Ivone Lara, Dandara dos Palmares e Marielle Franco, e reuniu mais de 100 entidades de mulheres. Foram distribuídos girassóis como representação do florescer da semente plantada pela luta da Marielle.

Fontes: [Mídia Ninja](#), 07/03/2020; [Brasil de Fato](#), 08/03/2020; [Folha de S. Paulo](#), 08/03/2020; [G1](#), 09/03/2020.

Argentina prioriza o bem-estar social no combate ao coronavírus

No dia 03 de março, o Ministério da Saúde argentino confirmou o primeiro caso de COVID-19 no país. Inicialmente, as medidas de isolamento social foram destinadas a pessoas com sintomas e que estiveram em lugares considerados de risco. Com o avanço da epidemia, o governo decretou o congelamento do preço do álcool em gel no dia 12, assim como o cancelamento de voos para países afetados. Em seguida, as aulas foram canceladas. No dia 17, o governo anunciou um pacote de medidas para aliviar os impactos econômicos da crise: empresas afetadas ficam liberadas de pagar impostos patronais, liberação de cerca de 350 bilhões de pesos (cerca de R\$ 28 bilhões) em linhas de crédito e compra de insumos para as pequenas e médias empresas, reforço do seguro desemprego, entre outras medidas direcionadas a grupos vulneráveis. Também foi aprovado o congelamento dos preços de todos os produtos da cesta básica e a construção de oito hospitais de emergência. Paralelamente, o presidente Alberto Fernández anunciou isolamento social preventivo e obrigatório para todo o país – inicialmente previsto para durar até o final do

mês, mas já estendido para abril -, e autorizou 100 voos para trazer de volta argentinos que estejam no exterior. No dia 31, novas medidas foram anunciadas: proibição de demissões sem justa causa por 60 dias e um programa de ajuda financeira a empresas com até 100 empregados. A situação na Argentina chama a atenção tanto pelas respostas do governo quanto pela união em torno delas. O ex-presidente Mauricio Macri publicou em suas redes sociais que os cidadãos deveriam seguir à risca as indicações do governo e transmitiu seu apoio ao atual mandatário. A condução da crise pelo presidente também teve respaldo do FMI, que sinalizou a necessidade de renegociação da dívida argentina em um cenário de priorização do enfrentamento à pandemia. Ao final do mês de março, foram contabilizados 1054 casos de COVID-19 no país e 27 óbitos.

Fontes: [Agência Brasil](#), 01/04/2020; [La Nación](#), 04/03/2020; [La Nación](#), 12/03/2020; [La Nación](#), 15/03/2020; [La Nación](#), 18/03/2020; [La Nación](#), 19/03/2020; [La Nación](#), 19/03/2020; [BBC](#), 20/03/2020; [La Nación](#), 20/03/2020; [La Nación](#), 20/03/2020; [La Nación](#), 31/03/2020.

Mudanças no Uruguai: coronavírus e política externa

Em março de 2020, o governo uruguaio anunciou medidas para conter a pandemia do COVID-19 no país. A principal delas foi o anúncio do corte de até 20% do salário de funcionários públicos que recebam a partir de 80 mil pesos uruguaio (o equivalente a US\$ 1.816), por um prazo de dois meses. Os descontos devem atingir o valor de US\$ 12 milhões e serão destinados à criação do chamado “Fundo Coronavírus”, que financiará os cerca de US\$ 400 milhões que o governo estima injetar na economia uruguaia. O anúncio desse pacote econômico representa uma mudança de rumos, tendo em vista que, no dia 11 de março, a administração do presidente Lacalle Pou havia anunciado um corte de 15% no orçamento. Entretanto, a oposição ao governo, formada majoritariamente pela Frente Ampla, coalizão de esquerda, pretende aumentar o valor de US\$ 400 milhões para US\$ 1 bilhão, além de propor uma renda mínima nacional para trabalhadores autônomos, que poderia atingir o valor de até 12.800 pesos uruguaio (o equivalente a US\$ 290). O presidente Lacalle Pou (do Partido Nacional, de cunho neoliberal) tem insistido na necessidade de garantir um acordo nacional e, dessa forma, reuniu-se com membros da Frente Ampla para discutir soluções para a crise de saúde. No âmbito da política externa, o governo também anunciou mudanças. O Ministério

de Relações Exteriores, comandado pelo ex-candidato à presidência Ernesto Talvi, emitiu dois comunicados oficiais. O primeiro deles anunciou a saída do país da Unasul e o retorno ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), do qual o Uruguai havia anunciado um processo de retirada em setembro de 2019, no governo de Tabaré Vázquez. E o segundo anunciou a saída do Banco do Sul e do convênio que formava a Telesur – firmado entre o Uruguai e a Venezuela em 2005 e que tinha como objetivo a criação de uma empresa de comunicação audiovisual regional.

Fontes: [Ministerio de Relaciones Exteriores de Uruguay](#), 10/03/2020; [Ministerio de Relaciones Exteriores de Uruguay](#), 13/03/2020; [El Observador](#), 27/03/2020; [El Observador](#), 29/03/2020; [El Observador](#), 29/03/2020; [El Observador](#), 30/03/2020.

Coronavírus avança na Bolívia e país enfrenta vírus com medidas econômicas e uso das Forças Armadas

Em março, o coronavírus também se espalhou pela Bolívia. No dia 11, o país confirmou seus dois primeiros casos, nas cidades de Oruro e Santa Cruz. No dia 21, o governo provisório de Jeanine Áñez declarou quarentena total em todo território nacional. No dia 26, o estado de emergência sanitária foi declarado, as fronteiras do país foram totalmente fechadas e a movimentação de pessoas passou a ser controlada e identificada. Áñez afirmou que o estado de emergência sanitária permite que o governo use as Forças Armadas e policiais no combate ao vírus. O governo também anunciou medidas econômicas de apoio à população na conjuntura de pandemia, como cestas básicas distribuídas a mais de 1.5 milhão de famílias, a isenção, por três meses, das faturas elétricas e um desconto de 50% na fatura de água potável. O combate ao coronavírus na Bolívia tem a presença marcante das Forças Armadas, a partir de uma abordagem “mano dura” anunciada por Áñez e por Arturo Murillo, Ministro da Defesa, marcada por penas pesadas àqueles que desrespeitem a quarentena. Ainda que a Bolívia se mantenha como um dos países sul-americanos com menor número de casos, no fim de março mais de 120 casos já estavam confirmados, a maioria nas cidades de Santa Cruz e Potosí, além de um total de quase 10 mortos.

Fontes: [La Razón](#), 11/03/2020; [La Razón](#), 11/03/2020; [Veja](#), 11/03/2020; [El Deber](#), 21/03/2020; [El Deber](#), 26/03/2020.

Pandemia do coronavírus interrompe protestos e Chile adia o plebiscito por uma nova Constituição

Em março de 2020, a pandemia do COVID-19 avançou sobre o continente sul-americano e, especialmente no Chile, chegou ao patamar de 2450 casos e 8 mortes, no último dia do mês. Como resposta, em 18 de março de 2020, o governo instaurou o estado de exceção constitucional por catástrofe. A medida deixa a proteção da ordem e da segurança nas mãos das Forças Armadas, permitindo maior segurança a todos os hospitais e centros de saúde, proteção à cadeia logística e à transferência de suprimentos médicos. Além disso, inclui o fechamento de fronteiras e um toque de recolher durante a noite, mas sem isolamento social durante o dia. Em 19 de março de 2020, o presidente chileno, Sebastián Piñera anunciou ainda um pacote de medidas de emergência de quase 11,7 bilhões de dólares, que visa salvar empregos e proteger pequenas empresas, além de diminuir o impacto do coronavírus na produção de cobre. No total, os gastos com o pacote serão equivalentes a 4,7% do Produto Interno Bruto (PIB) anual do país. Ademais, as medidas incluem estender benefícios trabalhistas para aqueles que não podem trabalhar de casa, adiar o pagamento de impostos por parte de pequenas empresas e aumentar o financiamento para os municípios. No entanto, a falta de medidas mais severas imediatamente após o início da crise – como a quarentena total no país – causou a indignação de parte da população e de prefeitos chilenos, até mesmo entre os aliados de Piñera. Apenas após alguma pressão, em 26 de março, foi implementada uma quarentena nas principais regiões de Santiago, especialmente nos setores mais ricos, onde se concentram a maioria dos casos de infecção de COVID-19. Vale ressaltar ainda que, frente à pandemia e à necessidade de isolamento social, houve massiva redução dos protestos e, em comum acordo, os partidos chilenos e o governo decidiram pelo adiamento do Plebiscito constitucional de 26 de abril para 26 de outubro de 2020, a fim de evitar aglomerações dos eleitores. Com isso, os novos constituintes, que seriam eleitos em 11 de abril de 2021, também passarão a ser eleitos seis meses depois.

Fontes: [O Globo](#), 19/03/2020; [SputnikNews](#), 19/03/2020; [UOL](#), 19/03/2020; [OurWorldInData](#), 31/03/2020; [OurWorldInData](#), 31/03/2020.

Contra o COVID-19, Peru anuncia pacote econômico de 12% do PIB e toque de recolher

No dia 6 de março, foi confirmado, no Peru, o primeiro caso de COVID-19, dia em que o presidente Martin Vizcarra e o Ministério da Saúde anunciaram que já estaria em execução um plano de contenção e controle da circulação da doença no país. No dia 20 de março, a Ministra da Saúde, Elizabeth Hinojosa, foi exonerada do cargo e em seu lugar entrou Victor Zamora Mesía, especialista em saúde pública e com trajetória em diversos organismos internacionais de saúde, incluindo a Organização Mundial de Saúde. Em 16 de março, foi declarado estado de emergência no país, com fechamento das fronteiras e limitação de entrada e saída de residentes e estrangeiros em portos, aeroportos e estradas. No dia 18 de março, passou a vigorar o toque de recolher, em que a circulação de cidadãos se restringe ao horário das vinte horas da noite às cinco da manhã, ampliado no dia 30 de março, passando a iniciar às dezoito horas. No dia 28 de março, o congresso do país aprovou legislação que exime de responsabilidade penal policiais e militares que firam ou matem civis durante o toque de recolher, medida que vem sendo alvo de críticas da oposição. Além disso, violadores do toque de recolher vêm sendo punidos com prisão e multas. Em contrapartida, para evitar a deterioração da economia, foi aprovado pacote emergencial de três parcelas de 380 soles (cerca de 110 dólares) para a população vulnerável, e saques de 2400 soles (cerca de 700 dólares) para trabalhadores formais. Com os anúncios de ajuda e resgate econômico para empresas, feitos no dia 30 de março, no valor total de 45 bilhões de dólares, o país atingirá aproximadamente 12% do PIB do país em investimentos para proteção da economia.

Fontes: [El Comercio](#), 06/03/2020; [Diario Correo](#), 20/03/2020; [La República](#), 22/03/2020; [Infobae](#), 28/03/2020; [El Comercio](#), 30/03/2020; [El Diario](#), 30/03/2020.

Coronavírus chega à Venezuela

Na Venezuela, o primeiro caso de COVID-19 foi confirmado no dia 13 de março de 2020. Um dia antes, o governo de Nicolás Maduro havia decretado emergência no sistema de saúde do país, ordenado a suspensão de voos provenientes da Europa e da Colômbia e proibido eventos públicos com aglomerações. No dia 13, no entanto, Maduro decretou estado de alarme constitucional. No âmbito dessa medida, foi instituída a obrigatoriedade do uso de máscaras na rua, e as aulas

em todo o país foram suspensas, assim como todas as atividades de trabalho, com exceção daquelas ligadas a serviços de alimentação, saúde, transporte e segurança. No dia 16, foi ordenada uma quarentena nacional. No dia 17, o governo de Maduro solicitou ao Fundo Monetário Internacional (FMI) US\$ 5 bilhões para ajudar no combate ao coronavírus – a Venezuela não fazia uma solicitação ao Fundo desde 2001. O FMI, no entanto, negou o pedido, alegando falta de clareza quanto ao reconhecimento internacional do país. Por outro lado, no seu Plano Global de Resposta Humanitária da COVID-19, a ONU colocou a Venezuela como um dos países prioritários a serem atendidos. Cuba e China têm sido os principais aliados do governo Maduro na pandemia: já chegaram à Venezuela 137 médicos cubanos e 55 toneladas de suprimentos e medicamentos enviados pela China. Juan Guaidó, por sua vez, suspendeu a convocação de novas manifestações contra Maduro e vem defendendo a abertura do país para o recebimento de ajuda humanitária. A situação do sistema de saúde venezuelano é preocupante: os hospitais estão em condições precárias, com falta de água, sabão e leitos de terapia intensiva. Apesar das medidas de isolamento, filas para compra de comida e gasolina têm sido observadas em várias cidades do país. Devido à quarentena, o governo venezuelano instituiu o bônus “Disciplina e Solidariedade” para ajudar trabalhadores informais. Até o dia 30 de março, havia 135 casos confirmados e 6 mortes por COVID-19 na Venezuela.

Fontes: [El Nacional](#), 12/03/2020; [El Nacional](#), 13/03/2020; [El Nacional](#), 16/03/2020; [Folha de S. Paulo](#), 17/03/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 18/03/2020; [El Nacional](#), 20/03/2020; [El Nacional](#), 21/03/2020; [El Nacional](#), 25/03/2020; [El Nacional](#), 28/03/2020; [El Nacional](#), 29/03/2020; [El Nacional](#), 30/03/2020.

Redes Sociais apagam publicações de Maduro e Bolsonaro

Em 23 de março de 2020, o Twitter apagou uma publicação feita por Nicolás Maduro, presidente da Venezuela. Nela, Maduro compartilhava estudos de um cientista, que apresentava antídotos para a cura da COVID-19. Segundo a publicação, uma mistura com capim limão, gengibre, sabugueiro, pimenta preta, limão amarelo e mel seria eficaz para combater o coronavírus. Já no dia 29 de março, Jair Bolsonaro, presidente do Brasil, ignorou orientações de médicos e de seu próprio ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e passou por mercados na periferia de Brasília, cumprimentando pessoas e gerando aglomerações. Nesse dia, o Twitter apagou duas de suas publicações, que tinham registros do passeio feito pelo presidente

e nas quais ele defendia o fim do isolamento social e o uso da cloroquina para o tratamento da COVID-19. O remédio está em fase de testes e ainda não há comprovação de sua eficácia. No dia 30, o Facebook e o Instagram também apagaram essas publicações. As redes sociais afirmaram que as publicações foram apagadas pois violavam suas regras, e que não permitiriam a circulação de conteúdo que pudesse causar dano real às pessoas, ao aumentar o risco de transmissão do novo coronavírus. Antes de Maduro e Bolsonaro, o Twitter só havia apagado publicações de chefes de Estado no caso do aiatolá Ali Khamenei, do Irã. Em fevereiro de 2018 a rede apagou uma publicação que pedia a morte de um escritor que teria cometido blasfêmia contra o profeta Maomé.

Fontes: [El Nacional](#), 23/03/2020; [El País](#), 30/03/2020; [Folha de S. Paulo](#), 30/03/2020/ [DW](#), 30/03/2020.

Diante da pandemia, ELN anuncia cessar-fogo temporário com o governo colombiano

A pandemia do coronavírus atingiu a Colômbia no mês de março com mais de 1.100 casos de contágio sendo identificados e cerca de 20 mortes. O governo adotou diversas medidas para responder à pandemia, decretando quarentena, fechamento de fronteiras e cancelamento de voos. Em meio à crise sanitária, o Exército de Libertação Nacional (ELN), guerrilha em atividade no país, decretou um cessar-fogo temporário com o governo, que durará de 01 a 30 de abril. Como relatou a imprensa colombiana, a posição do grupo armado foi influenciada pelo apelo do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, que pediu um cessar-fogo nos conflitos mundiais no contexto de enfrentamento do novo coronavírus. Em declaração, o ELN solicitou uma reunião com o governo colombiano para que retomassem negociações em Havana, Cuba, com o objetivo de acordarem um cessar-fogo bilateral. Contudo, Miguel Ceballos, Alto Comissário da Paz do governo de Iván Duque, respondeu que a atitude do grupo armado não era suficiente e que o país esperava mais do que um cessar-fogo temporário. Ceballos explicou que não há neste momento intenção do governo de retomar as conversas em Havana e que o canal de diálogo não estava aberto com a guerrilha, sendo o cessar-fogo unilateral, de parte exclusiva do ELN. O diálogo com o ELN está suspenso desde janeiro de 2019, quando o grupo foi responsável por um atentado à Escola de Polícia General Santander.

Fontes: [El Tiempo](#), 30/03/2020; [G1](#), 30/03/2020; [Exame](#), 30/03/2020; [El Tiempo](#), 31/03/2020; [El Tiempo](#), 02/04/2020.

Equador mantém austeridade fiscal e recorre a financiamento externo em meio à crise do coronavírus

A redução no ritmo da economia mundial devido à pandemia do coronavírus e a decisão da Arábia Saudita de aumentar a oferta de petróleo, no início de março, levaram a uma queda no valor internacional do combustível. Diante de um cenário de redução da receita de exportação de petróleo, importante em uma economia dolarizada, o presidente do Equador, Lenín Moreno, anunciou, no dia 11, um corte de US\$ 1,4 bilhão em gastos estatais, a redução de salários de funcionários públicos, a criação de impostos para proprietários de veículos, a negociação com organismos internacionais para obter US\$ 60 milhões em financiamento e a garantia de que manterá o acordo de empréstimo de US\$ 4,2 bilhões com o FMI, assinado em 2019, que exige austeridade fiscal como contrapartida. No dia 12, para enfrentar o aumento de casos de infecção pelo novo vírus, Moreno decretou estado de emergência sanitária, o que incluiu a restrição da circulação de pessoas, aulas e eventos públicos, assim como recomendações ao trabalho virtual e à renegociação de jornada e salário entre empresas e trabalhadores. No dia 18, foi instituído um toque de recolher entre 21h e 5h, ampliado, no dia 25, para vigorar das 14h às 5h. No dia 21, a Ministra da Saúde, Catalina Andramuño, e o Ministro do Trabalho, Andrés Madero, renunciaram aos seus cargos, criticando Moreno por não liberar recursos para enfrentar a crise. No dia seguinte, Moreno anunciou o repasse de gastos previstos com a próxima eleição presidencial, em 2021, para ações sanitárias e, no dia 23, a Corte Nacional Eleitoral enviou, à Corte Constitucional, um pedido de parecer sobre a possibilidade de adiamento do pleito. A partir do dia 22, a província com mais casos de infecção no país, Guayas, passou a ser administrada pelo chefe das Forças Armadas em conjunto com o governador e o vice-Ministro da Saúde, que decidiram enviar militares para patrulhar as ruas. A capital da província, Guayaquil, vive uma situação dramática, em que o sistema funerário não consegue remover cadáveres de hospitais, casas e ruas em tempo hábil. No dia 28, Moreno anunciou um pedido de empréstimo de US\$ 500 milhões ao Banco Mundial, indo na contramão de organizações como a Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE) e o Frente Unitario de Trabajadores (FUT), que reivindicam uma moratória da dívida externa para liberar recursos que mitiguem a crise rapidamente. Em todo

o país, até o dia 25, 1.845 multas foram dadas e 989 prisões foram efetuadas na tentativa de reprimir violações ao confinamento.

Fontes: [El Mercurio](#), 11/03/2020; [El Mercurio](#), 12/03/2020; [Infobae](#), 22/03/2020; [El Universo](#), 23/03/2020; [El Diario](#), 23/03/2020; [El Expreso](#), 29/03/2020.

Apesar de baixo número de infectados, Guiana e Suriname sofrem com consequências da pandemia de coronavírus

Com crescimento econômico de 85% previsto pelo FMI, o mês de março trouxe à tona um conjunto de fatores que prometem abalar a situação econômica favorável na Guiana, até então. No plano interno, uma crise política foi inaugurada no país após as eleições gerais no dia 2 de março. A oposição acusa o governo eleito de ter manipulado os resultados, que deram a vitória ao presidente em exercício, David Granger. Uma série de protestos ocorreu e a comissão eleitoral ainda não chegou a um resultado definitivo. No setor econômico, após a recente descoberta de poços de exploração, a Guiana tem sofrido com a queda expressiva do preço do barril do petróleo, desde o início do mês de março, fruto da guerra pela definição do preço da commodity entre Rússia e Arábia Saudita, e também das incertezas e temores causados pela pandemia de coronavírus. Diante disso, a Guiana possivelmente sofrerá uma drástica redução na receita que esperava arrecadar com o projeto Liza Phase One do Bloco Stabroek, e a gigante americana ExxonMobil, responsável por outros projetos de extração de petróleo no país, deverá desacelerar suas atividades. Apesar de contar com apenas 12 pessoas infectadas pelo vírus até o final de março, o governo tem buscado controlar as demais consequências da pandemia adotando medidas de distanciamento social e suspensão de todos os voos internacionais. Ainda que com um número menor de casos de coronavírus (10), até o final de março, o Suriname implementou medidas ainda mais duras como o fechamento de todas as fronteiras terrestres e marítimas e a instauração de um toque de recolher entre 20h e 6h.

Fontes: [O Globo](#), 07/03/2020; [Kaieteur News](#), 10/03/2020; [Guarda World](#), 20/03/2020; [LPM News](#), 27/03/2020; [LPM News](#), 31/03/2020.

Presidentes sul-americanos se reúnem virtualmente em meio à pandemia

Em 16 de março, em resposta ao chamado do presidente chileno Sebastian Piñera para uma reunião virtual do Prosul, participaram os presidentes de Argentina, Uruguai, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia. O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, não participou, e foi substituído pelo chanceler Ernesto Araújo. Por sua vez, o Paraguai, que ocupa a presidência rotativa do Mercosul, convocou os mandatários do bloco para um encontro virtual. Em 19 de março, o presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez, liderou a reunião para coordenar ações sanitárias conjuntas. Trataram-se temas como o retorno de cidadãos, condições das comunidades fronteiriças, informar aos outros Estados as medidas nas fronteiras, analisar medidas econômicas para favorecer o intercâmbio entre os países, entre outras respostas regionais para a pandemia. Nessa ocasião, quem não participou foi o presidente argentino, Alberto Fernández. O Paraguai foi um dos pioneiros em decretar a quarentena, em 10 de março, quando havia a confirmação de somente dois casos no país. Paralelo a essas decisões, Bolsonaro disse que conversou com Abdo Benítez e anunciou que não fecharia as fronteiras, como foi feito por seus vizinhos. O primeiro a fechar as fronteiras foi Uruguai, seguido por Argentina, e depois Paraguai. Algumas autoridades do Paraguai, como o Ministro do Interior, têm reclamado da falta de uniformidade de medidas, pois, por exemplo, enquanto do lado paraguaio as escolas e atividades nas cidades fronteiriças foram suspensas desde meados de março, do lado brasileiro essas restrições só começaram a serem feitas no final do mês.

Fontes: [EFE](#), 15/03/2020; [Mercosul](#), 17/03/2020; [ABC Color](#), 19/03/2020; [Nexo](#), 02/04/2020.

Governos da América do Sul providenciam repatriação de cidadãos em meio à pandemia de COVID-19

Com o agravamento da pandemia provocada pelo novo coronavírus, diversos países tomaram providências para o repatriamento de cidadãos que estão no exterior. A Argentina foi o país que mais repatriou pessoas na América do Sul até o momento. Além disso, a Chancelaria criou um programa de apoio aos que

ficaram no exterior, para garantir as necessidades básicas dos que ainda não foram repatriados. O governo colombiano anunciou que os voos de repatriação ainda estão autorizados, mas que apenas os cidadãos que façam o teste de COVID-19 e tenham resultado negativo poderão viajar. O governo do Chile está negociando com companhias aéreas para viabilizar o retorno de seus nacionais ao país. Um levantamento online está sendo feito pelo Ministério de Relações Exteriores, mas ainda é difícil ter um número exato de chilenos esperando a repatriação. Além disso, o ministério confirmou que não existem recursos para fretar voos da Força Aérea Chilena para fins de repatriação. O governo brasileiro montou um gabinete de crise para repatriar cidadãos, com o objetivo de coordenar com companhias aéreas a volta de quem ficou retido no exterior. Voos fretados da Força Aérea Brasileira (FAB) não estão descartados, mas não são uma prioridade para o Itamaraty. O governo do Peru também está negociando voos com companhias aéreas e procurando facilitar a repatriação dos seus cidadãos, mas reforça que aqueles que estão nos grupos de risco para o novo coronavírus são prioridades. Enquanto isso, o governo boliviano, que decretou o fechamento total de fronteiras, afirma não ser possível repatriar cidadãos nesse momento.

Fontes: [Valor Econômico](#), 18/03/2020; [La Tercera](#), 19/03/2020; [La República](#), 25/03/2020; [La Tercera](#), 25/03/2020; [El Tiempo](#), 27/03/2020; [Infobae](#), 27/03/2020; [Infobae](#), 28/03/2020; [Página 12](#), 29/03/2020; [El Deber](#), 31/03/2020.

As duas fases de ação mexicana no combate ao COVID-19

No começo de janeiro de 2020 o governo mexicano deu início a ações preventivas ao coronavírus. Por ter sido foco mundial do H1N1 em 2009, o país reagiu cedo, se compararmos com outros países, e produziu documentos com orientações dirigidas aos profissionais da saúde, com medidas de prevenção ao contágio e com técnicas de diagnóstico para o enfrentamento da atual pandemia. Essa ação foi elogiada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e permitiu que a quantidade de pessoas infectadas pelo COVID-19 em 12 de março fosse pequena: apenas quinze mexicanos que retornavam de viagem ao exterior. No entanto, em 24 de março o contágio passou a acontecer também em território mexicano. Diante do avanço da pandemia e a despeito dos esforços que o governo fazia para contê-la, a postura

de López Obrador foi criticada após ter anunciado que continuaria cumprimentando com contato físico seus eleitores, bem como defendeu que a população não deveria romper traços de sociabilidade. Segundo Human Rights Watch, essa postura expôs cidadãos mexicanos ao perigo. Por essa razão a mídia mundial estabeleceu uma comparação entre o presidente brasileiro, Bolsonaro, e AMLO, colocando um ao lado do outro no exercício de uma liderança populista. Todavia, em 26 de março, o governo federal mexicano seguiu as ações tomadas por governadores de diversas cidades e decretou suspensão de aulas e de todas atividades do governo, exceto setores de energia, saúde, segurança e limpeza pública. Durante todo o mês, as fronteiras permaneceram abertas, apesar da limitação de trânsito na fronteira com os EUA em razão de acordo estabelecido entre os países.

Fontes: [El País](#), 12/03/2020; [MedioTiempo](#), 22/03/2020; [El Universal](#), 23/03/2020; [El País](#), 24/03/2020; [O Globo](#), 25/03/2020; [El Universal](#), 26/03/2020; [El Comercio](#), 27/03/2020.

Uruguai Luis Almagro é reeleito para o cargo de Secretário-Geral da OEA

No dia 20 de março, a Organização dos Estados Americanos (OEA) realizou a votação para eleger quem ocupará o cargo de Secretário-Geral entre 2020 e 2025. Luis Almagro, atual Secretário-Geral, concorria à reeleição, tendo como opositora a equatoriana María Fernanda Espinosa, ex-Ministra das Relações Exteriores e ex-Presidenta da Assembleia Geral das Nações Unidas. O período eleitoral foi marcado por polarizações: Almagro é um crítico reconhecido do regime venezuelano, o que contrariou as diretrizes do governo uruguaio e de seu então partido, a Frente Ampla. Espinosa, por sua vez, criticou a postura polarizadora de Almagro e qualificou a agenda da OEA como monotemática e responsável por criar ainda mais tensões da Venezuela com os vizinhos. A votação foi secreta, mas Almagro havia recebido o apoio oficial de países como Brasil, Estados Unidos, Colômbia e Venezuela, esta representada pelo governo autoproclamado de Juan Guaidó. Dos 34 membros ativos da organização, Almagro recebeu 23 votos, e Espinosa, 10 – a Dominica não participou da eleição, por conta da crise do coronavírus. Em um contexto de pandemia, o pleito foi marcado por medidas de segurança e higiene, e uso de equipamentos de proteção individual pelas delegações.

Fontes: [El País](#), 20/03/2020; [El Telégrafo](#), 20/03/2020; [G1](#), 20/03/2020.

Cuba e China destacam-se na cooperação em prol do combate ao COVID-19

No dia 22 de março, imagens de médicos cubanos chegando à Itália e sendo recebidos com aplausos pela população correu o mundo. A pandemia sofrida pelo mundo no início de 2020 tem tido forte impacto nas relações internacionais. Mudanças na geopolítica e na economia mundial trouxeram questionamentos sobre o futuro do multilateralismo e das relações de poder entre os países. Por um lado, a pandemia intensificou disputas entre os Estados Unidos e a China, inclusive com acusações sobre a responsabilidade pela pandemia e a origem do vírus. Por outro, alguns países têm tentado, na medida do possível, estabelecer laços de cooperação e solidariedade. Primeiro epicentro da pandemia, a China vem destacando-se no acordo de parcerias comerciais e no compartilhamento de expertise, envio de profissionais e de material hospitalar destinados a outros países, com vistas a contribuir na prevenção e no controle do COVID-19. O país ofereceu ajuda humanitária para a Itália e para vários outros Estados, além de diversas instituições como a União Europeia e a União Africana, num movimento denominado por alguns de “Diplomacia de Máscaras”. Antes do coronavírus, a China já era um dos principais fabricantes de máscaras cirúrgicas e de instrumentos de proteção respiratória do mundo. Atualmente, a expansão da oferta de cooperação tem por objetivo a consolidação da China como ator global, bem como na construção de uma imagem mais positiva do país diante do mundo. O Presidente chinês, Xi Jinping, disse ao primeiro-ministro italiano, Giuseppe Conte, que esperava criar uma “Rota da Seda de Saúde”, numa referência ao projeto Nova Rota da Seda, o que desperta certa desconfiança em alguns países ocidentais. Após ligação telefônica com Xi Jinping, o presidente Vladimir Putin afirmou que “o que a China fez representa uma resposta retumbante à provocação e estigmatização de um determinado país sobre a epidemia da COVID-19”. Referência internacional na área da saúde, Cuba igualmente vem ganhando espaço na arena internacional, com o envio de brigadas médicas para a Itália e países da América Latina. O uso político da cooperação, nesse caso no campo da saúde, ilustra como essas iniciativas podem ser instrumentos para que Estados busquem uma graduação

na hierarquia de poder internacional. O combate ao novo coronavírus reproduz, na atualidade, o momento de formação do próprio Sistema da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, surgido no pós-Segunda Guerra Mundial.

Fontes: [Público](#), 19/03/2020; [Xinhua](#), 20/03/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 22/03/2020; [El País](#), 23/03/2020.

China intensifica cooperação e ajuda internacional no combate à pandemia de COVID-19

No mês de março de 2020, o novo vírus, COVID-19, afetou diversos países, em diferentes continentes ao redor do mundo, caracterizando o contexto sanitário, segundo a Organização Mundial da Saúde, como uma pandemia. Entretanto, ao passo que o novo coronavírus se disseminou rapidamente em escala mundial, os números de infectados na China começaram a reduzir-se, indicando que o Império do Meio já teria superado o momento mais crítico dos efeitos da doença. Desse modo, a China tem procurado configurar-se como um ator essencial da cooperação internacional em saúde, sobretudo com Itália, Sérvia, Irã, Espanha, Costa Rica e outros países do leste asiático. Essa cooperação parte do governo chinês e, também, de empresas privadas, como as Fundações Jack Ma e Alibaba, bem como conta com uma quantidade significativa de kits de teste para detectar o COVID-19, respiradores, roupas e máscaras de proteção e medicamentos, além de equipes médicas chinesas enviadas no bojo da diplomacia de saúde chinesa. Na reunião do G-20, realizada no dia 26 de março, o líder chinês, Xi Jinping, afirmou que as 20 principais economias mundiais deveriam manter a visão de construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade, fortalecer a coordenação e a cooperação para impedir o avanço da pandemia de COVID-19 e para estabilizar a economia mundial. Em uma conversa por telefone com o presidente estadunidense, Donald Trump, Xi, disse que, desde o início do surto epidêmico, a China tem compartilhado informações sobre o novo coronavírus com a OMS e os mais diversos países, incluindo os Estados Unidos, de forma aberta, transparente e responsável. Nessa mesma conversa, foi evidenciado que a relação bilateral entre a China e os EUA promete um futuro de cooperação a fim de conter a presente pandemia. Em uma conjuntura em que EUA e União Europeia não demonstraram vontade política ou capacidade de resposta rápida e eficiente às crises na Itália e na Es-

panha, por exemplo, o papel internacional chinês na luta contra a pandemia do COVID-19 se intensifica e torna-se essencial, descortinando, talvez, o novo papel da China no cenário geoeconômico e geopolítico mundial.

Fontes: [The Jakarta Post](#), 16/03/2020; [Foreign Affairs](#), 18/03/2020; [DW](#), 20/03/2020; [La Región](#), 23/03/2020; [SCMP](#), 27/03/2020; [Xinhua](#), 27/03/2020.

Cidades chinesas reforçam paradiplomacia no combate ao COVID-19

O mês de março registrou uma mudança importante no status da China frente a pandemia do vírus COVID-19. O país deixou de ser o epicentro da doença, sendo ultrapassado pelos EUA e pela França no total de casos, e viu crescer o número de pessoas contaminadas que recebeu alta. Com isso, a China passou a deslocar parte de seus recursos para cooperação global ao enfrentamento do vírus. Algumas cidades chinesas vêm aproveitando a estabilização dos novos casos no país para apoiar o combate à doença no exterior. No dia 18 de março a cidade de Suzhou, a “Veneza chinesa”, doou 20 mil máscaras N95 para Veneza, considerada cidade-irmã, relação que comemora 40 anos em 2020. Shengyan, outra cidade, reforçou os laços estabelecidos com a cidade portuguesa de Braga, doando 10 mil máscaras e 500 trajes de proteção médica, e autoridades médicas de ambas as cidades vêm trocando experiências para o combate ao COVID-19. A cidade de Fuqing, de onde se originam cerca de 1,6 milhão de chineses no exterior, distribuiu cerca de 700 mil máscaras para a Grã-Bretanha, Itália e Japão, como forma de retribuição das doações estrangeiras recebidas pela cidade no auge da crise no país. Heihe, cidade chinesa próxima à fronteira com a Rússia, também fez doações para a cidade vizinha Blagoveshchensk. Já no Brasil, foi Rodrigo Neves, prefeito de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, quem buscou apoio na cidade de Hubei para estruturar as medidas de combate e prevenção da contaminação pelo COVID-19.

Fontes: [Xinhua](#), 18/03/2020; [Xinhua](#), 22/03/2020; [Xinhua](#), 22/03/2020; [Jornal do Brasil](#), 24/03/2020.

Índia enfrenta a pandemia do COVID-19 em meio a importantes turbulências domésticas

No dia 25 de março, a Índia entrou em lockdown, como a principal de uma série de medidas mais extremas adotadas pelo governo para conter a propagação do COVID-19 no país. Lembre-se que a população indiana é de 1,3 bilhão de pessoas e o sistema de saúde é incapaz de atender a todos, contando com cerca de 40 mil ventiladores pulmonares nos hospitais. Em 11 de março, a Índia suspendeu vistos de turismo até 15 de abril e anunciou quarentena por um mínimo de 14 dias para aqueles que viajaram para China, Itália, Irã, República da Coreia, França, Espanha e Alemanha depois de 15 de fevereiro. Uma semana após essa medida, autoridades hospitalares e aeroportuárias de Mumbai, metrópole de 18 milhões de habitantes, foram autorizadas a carimbar os pulsos das pessoas, que são obrigadas a cumprir quarentena utilizando tinta indelével que mostra a data de encerramento do período de isolamento. Além disso, suspeitos de ter o coronavírus foram rastreados pelas autoridades por meio de GPS e dados pessoais, invadindo a privacidade pessoal e promovendo uma vigilância em massa. Museus e monumentos foram fechados para evitar aglomerações, permanecendo em funcionamento apenas serviços essenciais. O país, também, ampliou suas restrições de viagens e proibiu a entrada de passageiros da União Europeia e da Associação Europeia de Livre Comércio, da Turquia e do Reino Unido. Em 22 de março, o primeiro-ministro Narendra Modi fez apelo à população para que se autoisolasse e autorizou bloqueio de 14 horas que deixou as ruas da Índia desertas. Além da pandemia, o Estado enfrenta abalos em sua democracia por conta da lei de cidadania, desencadeando confrontos entre muçulmanos e hindus em Nova Delhi. Essa lei, aprovada pelo governo indiano em 11 de dezembro de 2019, concede cidadania acelerada a imigrantes sem documentação do Paquistão, Afeganistão e Bangladesh com base em sua religião, desde que não sejam muçulmanos. É considerada inconstitucional por excluir expressamente um grupo de pessoas de acordo com a religião. Para completar os debates sobre democracia no país, quatro homens acusados por estupros e assassinatos em ônibus em 2012 - caso que gerou protestos internacionais em defesa da mulher - foram enforcados em 20 de março na capital, após pedido de suspensão da sentença ter sido negado pela justiça.

Fontes: [G1](#), 11/03/2020; [G1](#), 17/03/2020; [Al Jazeera](#), 19/03/2020; [Al Jazeera](#), 20/03/2020; [CNN](#), 20/03/2020; [Al Jazeera](#), 22/03/2020; [CNN](#), 22/03/2020; [Hindustan Times](#), 23/03/2020.

COVID-19: migrantes sofrem com Xenofobia na Índia e no Nepal

Desde o início da Pandemia na Índia, migrantes vêm relatando casos de xenofobia. O país está vivendo a maior quarentena do planeta com mais de 1 bilhão de pessoas em casa por conta do coronavírus. Veio a público no dia 30 de março um vídeo que mostrava autoridades indianas dando banho de cloro em 40 trabalhadores migrantes na cidade de Bareilly, no estado de Uttar Pradesh. Foram parados por bombeiros, que iniciaram a desinfecção e orientavam que fechassem os olhos enquanto atiravam água com hipoclorito de sódio com uma mangueira industrial. Diversas pessoas se sentiram mal e foram levadas ao hospital. O governador disse que irá investigar. Outra situação que vem ocorrendo, é o êxodo de trabalhadores pobres na Índia, percorrendo a pé cerca de 900 quilômetros das grandes cidades até seus vilarejos, com pouco dinheiro e comida, já que houve o bloqueio dos transportes públicos. A rapidez da paralisação dos meios de transporte fez com que migrantes internos não tivessem tempo para voltarem às suas casas. O governo indiano apenas instruiu às autoridades locais a construir abrigos temporários. O medo é que com este movimento a doença se espalhe pelas aldeias, tal sentimento gerou uma reação no distrito de Purula, em que sete trabalhadores migrantes não puderam entrar em suas aldeias, tendo de ficar abrigados em árvores. Enquanto isso, 150 brasileiros que estão na Índia e no Nepal reclamam de não conseguirem voltar para o Brasil devido às medidas de restrição para contenção da doença. Denunciam que foram expulsos de hotéis, que estão racionando a comida devido ao fechamento total do comércio e que vêm sendo hostilizados e culpabilizados pela disseminação do coronavírus, além da violência da polícia, reagindo com pauladas e açoite caso alguém descumpra o isolamento. Segundo o Ministério de Relações Exteriores não há prazo para o retorno e quase 7 mil brasileiros ainda aguardam repatriação no exterior.

Fontes: [New York Times](#), 24/03/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 26/03/2020; [Terra](#), 28/03/2020; [Al Jazeera](#), 30/03/2020; [Folha de S. Paulo](#), 30/03/2020; [France 24](#), 30/03/2020; [BBC](#), 31/03/2020.

A recessão econômica e o confinamento total na África do Sul

O mês de março trouxe péssimas notícias para a África do Sul e para o governo do presidente Cyril Ramaphosa. Com uma das maiores taxas de desemprego mundial, os dados oficiais confirmaram a recessão econômica sul-africana. O Produto Interno Bruto (PIB) da África do Sul sofreu contração de 1,4% no quarto trimestre de 2019. A recessão sul-africana tem impacto muito negativo para o continente africano, com efeitos ainda importantes para os vizinhos na África austral. Uma das preocupações-chave diz respeito ao caráter estrutural da recessão econômica, haja vista a relação centro-periferia da África do Sul com seus principais parceiros comerciais extrarregionais e, ao mesmo tempo, o grande peso do comércio exterior na composição do PIB sul-africano. O país é dependente da exportação de commodities (principalmente recursos minerais) para a China, Europa e EUA e, em contrapartida, importa majoritariamente bens de maior valor agregado. Se as notícias já não eram boas, ficaram pior ainda com o advento da pandemia do novo coronavírus. Em um discurso no Union Buildings, em Pretória, o presidente da África do Sul declarou estado de desastre nacional para combater o COVID-19 e anunciou medidas severas para a contenção da pandemia - as quais devem agravar a recessão econômica. O governo decretou o lockdown nacional de 21 dias, colocando o exército nas ruas para garantir que os 59 milhões de habitantes permaneçam em casa. Além disso, a entrada de estrangeiros vindos de países de alto risco foi proibida (Itália, Irã, Coreia do Sul, Espanha, Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido e China.) Essas foram as medidas mais restritivas adotadas até agora em todo o continente africano.

Fontes: [Isto É](#), 03/03/2020; [A Nova Democracia](#), 11/03/2020; [DW](#), 16/03/2020; [DIRCO](#), 23/03/2020; [The New York Times](#), 27/03/2020; [The South African](#), 27/03/2020.

Ações turcas e europeias enfraquecem o acordo migratório de 2016

No final de fevereiro, a Turquia optou pela abertura de suas fronteiras para a saída de fluxos migratórios com destino a países europeus. Essa ação se justificou pela falta de ajuda humanitária e financeira de atores internacionais, com destaque para a União Europeia,

além da inação dos mesmos frente à crise em Idlib, que pode causar uma nova onda de refugiados para o território turco. Em resposta, no início de março, a Grécia decidiu suspender pedidos de asilo por um mês. No mesmo período, o país também foi denunciado por atirar contra os migrantes que tentavam chegar em solo grego. Nesse cenário, o ministro das Relações Exteriores da Turquia, Mevlüt Çavuşoğlu, acusou a Grécia de violar o direito internacional e as leis europeias. Para o ministro, é hora da Europa assumir a responsabilidade pelos refugiados. Após esse episódio, milhares de policiais foram enviados para a fronteira com a Grécia com o intuito de frear a devolução de refugiados pela polícia grega. Dentro do acordo migratório de 2016, entre a Turquia e a UE, esta devolução só é permitida se o migrante não solicitar asilo, ou se a pessoa tiver seu pedido de refúgio negado. O diretor de Comunicações da Presidência da Turquia, Fahrettin Altun, responsabilizou o regime de Assad, dentre outras questões, pelos fluxos de refugiados e por crimes de guerra. Para Altun, o apoio a esse regime só causará mais instabilidade para a região, e o governo turco não permitirá que Assad siga matando e causando a migração forçada de diversos civis para a Turquia. A Turquia cobra o cumprimento das promessas europeias dentro do acordo de 2016 e reclama da falta de suporte do bloco para a zona segura que Erdogan busca estabelecer na fronteira com a Síria. Sobre essa zona e a presença em Idlib, o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, alega que sua atuação na Síria visa à segurança das fronteiras nacionais e não à permanência em território sírio ou seu petróleo.

Fontes: [The New York Times](#), 04/03/2020; [Daily Sabah](#), 08/03/2020; [TRT](#), 10/03/2020; [Al Jazeera](#), 17/03/2020; [TRT](#), 22/03/2020; [TRT](#), 24/03/2020; [TRT](#), 25/03/2020; [Ahval](#), 27/03/2020; [TRT](#), 27/03/2020; [TRT](#), 27/03/2020.

OIM ressalta vulnerabilidade da população migrante em meio a pandemia

Os desafios levantados pela COVID-19 têm colocado migrantes e refugiados em situações cada vez mais críticas. Segundo o porta-voz da Organização Internacional de Migração (OIM), Joel Millman, os fluxos migratórios da África para a Europa não sofreram mudanças bruscas, o que mostra que o vírus não deixou as pessoas menos propensas a fugirem e

buscarem refúgio em outros países. Porém, no mês de março, diversos países na Europa e na América Latina fecharam temporariamente suas fronteiras para estrangeiros. Nessas condições, migrantes buscam rotas alternativas para entrarem nos países, o que cria sérios problemas para a contenção do vírus já que “ninguém será capaz de checar sua condição de saúde ou seus documentos, saber de onde vem, como é feito quando as fronteiras estão abertas e o trânsito é regular”, disse o porta-voz. Para os migrantes e refugiados que já se encontram dentro das fronteiras, a situação também não é boa. Com trâmites e programas de acolhimento suspensos na Europa, essas pessoas não têm acesso ao sistema de saúde pública, o que dificulta consultas e testes de contaminação para o vírus, com exceção de Portugal que, na contramão desse cerceamento, aprovou, em 28 de março, medida que permite estrangeiros com pedidos de regularização em andamento acesso a serviços públicos, como o serviço nacional de saúde do país. Campos de migrantes se tornaram desastres premeditados devido à superlotação, péssimas condições higiênicas e falta de água. Em especial, a UE tem se atentado ao campo de refugiados de Moria, situado na ilha grega de Lesbos, onde vivem 38 mil migrantes em um espaço para 6,2 mil pessoas, sugerindo retirar as pessoas das ilhas para evitar uma catástrofe humanitária. No Brasil, apesar de refugiados com documentação regularizada terem acesso a programas de assistência social, como Bolsa Família, venezuelanos relatam as dificuldades de sobreviver em meio a pandemia com salários de subempregos. Para a OIM, é necessário garantir acesso a saúde pública e programas de assistência a migrantes para o funcionamento efetivo da contingência do coronavírus.

Fontes: [IHU](#), 14/03/2020; [Folha de S. Paulo](#), 16/03/2020; [ConJur](#), 19/03/2020; [Estado de Minas](#), 21/03/2020; [ONU Brasil](#), 23/03/2020; [ACRÍTICA](#), 28/03/2020; [Correio do Povo](#), 29/03/2020; [OperaMundi](#), 29/03/2020.

Detentos reivindicam melhorias para evitar a epidemia nas prisões

Em razão da COVID-19, protestos começaram a proliferar dentro de prisões - onde os detentos temem ser contaminados em massa pela enfermidade - como também fora delas, tendo em vista que os familiares se preocupam com as superlotações e a ausência de

cuidados sanitários para a população carcerária. Na Itália, entre os dias 08 e 09, aconteceram rebeliões em pelo menos 27 presídios em todo o país. Na Argentina, detentos de diversas prisões alegaram que as cadeias estão com medidas inadequadas para impedir a propagação do vírus, devido à ausência de proteção sanitária, assistência médica e cerceamento de alimentos, além de não aceitarem a suspensão de direitos, como as saídas temporárias e condicionais. Como forma de aliviar as tensões, detentos conseguiram o direito de realizar ligações telefônicas para os familiares. Já na Colômbia, no dia 22 de março, foram realizados diversos atos que se iniciaram com queima de colchões nos pátios das prisões. Os detentos também reclamaram a ausência de água, sabão, e máscaras para higienização e prevenção. Em Bogotá, no presídio La Modelo, 23 pessoas acabaram mortas. No Brasil, rebeliões também ocorreram após determinação do governo impondo restrição de visitas, iniciadas em São Paulo. Como forma de diminuir os riscos da pandemia no sistema carcerário, governos começaram a adotar medidas privilegiando a prisão domiciliar. No Brasil foi elaborada a Recomendação da 062/2020 do Conselho Nacional de Justiça, que preza a reavaliação das prisões provisórias, priorizando gestantes, lactantes, mães ou responsáveis por crianças de até 12 anos ou por pessoas com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco, mas esta recomendação não é coercitiva. Entidades de direitos humanos ingressaram perante o Superior Tribunal Federal reivindicando a prisão domiciliar para os mais vulneráveis.

Fontes: [ANS](#), 09/03/2020; [The Intercept](#), 18/03/2020, [O Globo](#), 21/03/2020; [El Tiempo](#), 22/3/2020; [La Nación](#), 23/03/2020; [El Tiempo](#), 23/3/2020; [La Nación](#), 25/03/2020; [La Nación](#), 27/03/2020.

O coronavírus nas comunidades expõe desigualdade social

Um terço da população mundial se encontra em isolamento por conta do coronavírus, enquanto hospitais, laboratórios e centros de pesquisa fazem seus esforços em conter a pandemia e encontrar cura para a doença. No entanto, essas não são as únicas linhas de frente nesse combate: pensar no impacto do coronavírus nas comunidades marginalizadas que têm negado o acesso a serviços como saneamento básico

e combater desigualdades é chave para controlar a pandemia, em especial em países desiguais como o Brasil. As periferias apresentam, de maneira geral, especificidades como alta densidade populacional e fragilidades estruturais em saúde e sanitário. Em muitas comunidades é mais difícil aplicar as medidas de contenção do vírus devido à impossibilidade financeira de muitas famílias em comprar produtos de limpeza e também à falta constante no abastecimento de água. Pensando nisso, comunicadores de periferias do país tem feito o trabalho de informar a população e criar redes de doação para levar a segmentos sociais da base ações práticas sobre como lidar com a COVID-19, como publicado em coluna do grupo Perifa Connection para Folha no dia 19. Para assimilar a frente dos impactos econômicos e sociais, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou no dia 27 um pacote trilionário, que visa assistir o sistema de saúde e governos locais além de empresas e famílias, e que conta com a ampliação de benefícios à desempregados. França e Espanha também estabeleceram medidas, como licenças médicas remuneradas. No Brasil, foi gestado no Congresso Nacional projeto que prevê auxílio financeiro para trabalhadores informais, autônomos, desempregados e microempreendedores individuais, proposta costurada pela coalizão de oposição ao governo Federal. Aprovado no Senado no dia 30, o auxílio emergencial foi sancionado pelo presidente no dia 2 de abril, complementado por medida provisória que destina R\$98,2 bilhões para financiar o programa.

Fontes: [UOL](#), 17/03/2020; [Folha de S. Paulo](#), 19/03/2020; [Nexo](#), 25/03/2020; [Ponte](#), 25/03/2020; [El País](#), 27/03/2020; [A Gazeta](#), 27/03/2020; [Senado Notícias](#), 30/03/2020; [Senado Notícias](#), 02/04/2020.

A vulnerabilidade dos povos indígenas em face do novo coronavírus

No mês de março surgiram os primeiros casos de contágio pelo novo coronavírus em boa parte dos países da América Latina nos quais a doença ainda não havia se manifestado e foi também nesse mês que a contaminação pelo vírus alcançou taxas preocupantes naqueles onde já havia chegado. O registro da doença nos trópicos, contudo, trouxe à tona novas e diferentes complicações, para além das tantas que têm carregado consigo. Uma das consequências mais sérias desse espalhamento

regional tem sido levantada pela comunidade indígena e pelas associações de defesa dos direitos dos povos nativos latino-americanos: o impacto da chegada do vírus à região amazônica e às populações que nela residem. Trata-se de uma grande região de mata densa que – a despeito de englobar nove países – conta com pouca presença do poder público estatal, de modo que uma eventual proliferação do contágio entre as populações indígenas residentes nessa área tem sido apontada como um sério perigo pelas entidades representantes desses povos, que têm cobrado providências dos governos da região. A população nativa e suas entidades representativas entraram em alerta após o anúncio dos primeiros casos suspeito de COVID-19 em tribos da Amazônia brasileira e do Chaco, na Argentina. A Coordenação de Organizações Indígenas da Amazônia (COICA), que reúne representações dos nove países amazônicos, cobrou dos Estados da região que não permitam que pessoas não indígenas entrem em contato com os povos nativos. Na Bolívia, O Centro de Estudos Jurídicos e de Investigação Social (CEJIS) e a Organização de Apoio Legal e Social (ORÉ), ambas entidades bolivianas, apresentaram ao governo um documento contendo oito medidas para enfrentamento da pandemia nas reservas indígenas. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), por sua vez, também cobrou do governo brasileiro medidas para evitar uma grande tragédia entre a população indígena brasileira, tendo solicitado, dentre outras medidas, a distribuição de kits de diagnóstico da doença na região.

Fontes: [El Deber](#), 16/03/2020; [El País](#), 23/02/2020; [El Espectador](#), 24/03/2020; [El Deber](#), 28/03/2020; [RFI](#), 02/04/2020.

Desigualdades de gênero ampliadas em decorrência do isolamento social

Devido ao crescimento dos casos e mortes confirmadas pelo COVID-19, o mês de março ficou marcado pelo início da quarentena, estratégia adotada pela maior parte dos países para conter a curva de crescimento do vírus. No entanto, tal estratégia possui como efeito colateral o aumento dos casos de violência doméstica, com o retorno das mulheres para o espaço privado. Na China, em fevereiro, o número de casos de violência doméstica reportados pela polícia local triplicou em comparação com o ano anterior. Além disso, Ray-Jones, CEO do “National Domestic Violence

Hotline” nos Estados Unidos chamou atenção para os impactos de retirada de investimentos em políticas específicas para as mulheres, devido à recessão mundial. Sabendo que as mulheres deverão ser as mais prejudicadas pela crise econômica em decorrência da pandemia, o governo da Índia anunciou, no último 26 de março, um pacote de quase 23 bilhões de dólares que conta com transferências em dinheiro e compra de gás de cozinha, na intenção de ajudar as mulheres mais vulneráveis economicamente. A ONU MULHERES, em 24 de março, também destacou a necessidade de desenvolver estratégias que mitiguem a ampliação das desigualdades de gênero.

Fontes: [Time](#), 18/03/2020; [ONU Mulheres](#), 24/03/2020; [Thomson Reuters Foundation News](#), 26/03/2020.

Latino-americanas e mulheres ao redor do mundo ocupam as ruas pelo 8M

As ruas de diversos países foram ocupadas por mulheres dizendo que “A América Latina será toda feminista”. No México o aumento do feminicídio e a impunidade foram vistos como maiores impulsionadores dos atos. O governo mexicano apoiou as manifestantes através dos Ministérios, mas López Obrador se recusou a se posicionar. As mexicanas também convocaram uma paralisação nacional para o dia 09 de março, sendo as mulheres 40% da força de trabalho do país. Migrantes mexicanas também realizaram ato em frente à embaixada mexicana em Washington. No Chile ao todo foram 2 milhões de pessoas nas ruas, 125 mil apenas na capital Santiago. As chilenas se mantêm ativas desde o 8M de 2019, e consideram que aquele ato foi força motriz para as manifestações sociais de outubro de 2019, que difundiu a canção “Um Estuprador em seu Caminho”. Na Argentina aconteceram dois atos principais, no dia 08 de março, em frente à Catedral de Buenos Aires a favor do aborto legal, e se opondo à uma missa convocada pela Igreja Católica argentina contra o movimento feminista. Na segunda-feira, dia 09, sob o lema “Pela autonomia de nossos corpos e contra os fundamentalismos religiosos”, exigiam medidas contra o feminicídio. Na Colômbia a manifestação foi também pela legalização do aborto seguro. No Peru, as manifestações aconteceram no dia 07, e reuniram 100 mil pessoas sob o lema “Trabalhadoras, sim; exploradas e estupradas, não”. Em Quito, Equador,

policiais mulheres foram convocadas de modo a impedir que a manifestação se aproximasse do Palácio do Governo. As equatorianas trataram da ausência de remuneração ao trabalho do cuidado, alegando “Greve do cuidado”, pois segundo o Instituto Nacional de Estatística do Equador, essa força de trabalho representaria 14,5% do PIB. Na capital venezuelana, mulheres se vestiram de preto e carregaram lápides com nomes das vítimas de feminicídio no país em 2020, que já passam de 40. Foram registrados atos na Ásia, em países como Tailândia, Indonésia, Filipinas, Quirguistão, Paquistão; também na Austrália e França.

Fontes: [Sputnik News](#), 05/03/2020; [El Heraldo de México](#), 08/03/2020; [Portal Montevideo](#), 08/03/2020; [El Universal](#), 08/03/2020; [El País](#), 09/03/2020.

de reestruturação do sistema judiciário marroquino. Apesar de possuir uma lei que criminaliza o assédio (Lei 103-13/2018), as organizações de mulheres locais afirmam que a legislação é inadequada para tratar do problema, deixando mulheres desprotegidas em muitos casos. Apesar de significativos, os direitos conquistados no Oriente Médio e no norte da África, muitas vezes como resultado da pressão exercida por ativistas feministas, esbarram em questões sociais que distanciam o marco legal da vida cotidiana.

Fontes: [Observador](#), 06/03/2020; [The New Arab](#), 07/03/2020; [The New Arab](#), 08/03/2020.

Luta pela igualdade de gênero movimenta o Oriente Médio e o norte da África

A Arábia Saudita vem se destacando na busca pela igualdade de gênero na região. O país obteve avanços significativos na elaboração de leis e inclusão econômica das mulheres sob o governo de Mohammad bin Salman. Entretanto, existe uma diferença entre o discurso e a prática saudita. No dia 06 de março, a Anistia Internacional divulgou que apesar do país fazer conhecer avanços conquistados por mulheres, como o direito a dirigir, ainda existe perseguição e assédio a ativistas, como Loujain al-Hathloul. Em matéria publicada no dia 08 de março, Rothna Begum, especialista em direitos das mulheres no Oriente Médio e no norte da África pela Human Rights Watch, afirmou que as leis aprovadas na região podem não necessariamente agir como medidas eficazes, servindo apenas para fornecer uma ilusão de progresso à comunidade internacional – como no caso da Arábia Saudita. A especialista também pontuou que estas reformas “não estão dispostas a promover mudanças em relação à liberdade de expressão e associação, nem ao direito dos espaços da sociedade civil”. A necessidade de mudanças estruturais também ocorreu no Marrocos, onde mulheres se organizaram para denunciar o assédio sexual e casos de estupro através de postagens anônimas nas redes sociais. A ação, veiculada no dia 07 de março e organizada pelo coletivo Masaktach, levantou o debate sobre a forma como as vítimas são tratadas em casos de assédio, com desconfiança, a dificuldade das denúncias, atitudes machistas das autoridades e a necessidade

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

